

CARTA DE SALVADOR EM APOIO À LUTA DAS COMUNIDADES DA ILHA DE MARÉ

A CESE – COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO, reunida em assembleia nos dias 08 e 09 de junho de 2017, vem a público expressar sua solidariedade às comunidades da Ilha de Maré, violentadas em sua história pelas ações e omissões do Estado e pela presença desrespeitosa de megaprojetos desenvolvidos por grandes empresas exploradoras das riquezas nacionais.

Em sua maioria remanescentes de quilombos e tendo a pesca como principal atividade de subsistência, tais comunidades padecem não apenas em função da ausência de serviços básicos como saúde, educação, saneamento básico e opções de lazer, mas também por causa dos impactos de um modelo econômico que tem por base o lucro desenfreado e o que chama de desenvolvimento: a instalação de indústrias, plataformas de extração ou refinaria de petróleo e derivados, de portos para escoamento de produtos, sem qualquer preocupação ambiental ou social.

Vítimas de um racismo institucional, desrespeitada em seus costumes, em sua cultura e em seus direitos, as comunidades da Ilha de Maré também denunciam os permanentes abusos do próprio Estado, por meio da presença quase sempre violenta da Marinha Brasileira. Neste quadro, as mulheres marisqueiras e as juventudes são sempre as maiores vítimas.

Além de lidar com a diminuição do pescado, apenas uma das consequências desse “desenvolvimento”, a população dessas comunidades ainda é obrigada a conviver diariamente com riscos de novas explosões e de vazamento de produtos químicos.

Nestes tempos em que as instituições democráticas brasileiras vivem profunda crise causada pelas ações que afastaram um governo legitimamente eleito, as violações têm se agravado, tendo em vista que, no curso do golpe, direitos alcançados com as históricas lutas dos movimentos sociais vêm sendo sistematicamente retirados.

Ao expressar sua solidariedade, as igrejas que compõem a CESE conclamam toda sociedade para que possamos nos mobilizar e exigir respostas às demandas das/os pescadoras/es artesanais, bem como exigir que as instâncias do Judiciário, do Legislativo e do Executivo assumam sua responsabilidade no sentido de garantir os direitos dessas comunidades e de frear a atuação agressora do capital, que incluiu a proposta de duplicação do Porto de Aratu.

Como um compromisso concreto, de agora em diante, assumiremos o compromisso de arrecadar assinaturas para o projeto de Lei de iniciativa popular para o reconhecimento, proteção e garantia do direito ao Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Acesse aqui para assinar também: <http://documentospeloterritorio.blogspot.com.br/>

Salvador/BA, sexta-feira, 09 de junho de 2017.